

A FORÇA “DO BEM”: O PAPEL DO IDEALISMO NAS POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS DE CLINTON, BUSH E OBAMA

Mikelli Ribeiro (UEPB)
mik_lucas@hotmail.com

Resumo: Este artigo procura demonstrar a importância da percepção idealista para se analisar a política intervencionista nos governos estadunidenses pós-Guerra Fria, mostrando como os valores liberais estão inseridos nessas práticas nos diversos governos, e verificando como esta abordagem pode extrair pontos de contatos entre as mais variadas administrações. São estudadas intervenções dentro das administrações Clinton, Bush e Obama, sendo que, nas duas primeiras, a pesquisa é bibliográfica e, na última, entra-se no discurso. Chega-se à conclusão que, apesar de serem administrações diferentes e em momentos diferentes, valores idealistas permeiam os três governos, em que a imposição da democracia é o elo determinante de ligação entre elas, no tocante à abordagem aqui trabalhada.

Palavras-chave: Política externa dos EUA; Intervenções Valores.; Idealismo; Democracia.

Abstract: Present work intends to demonstrate the role of idealism in order to analysis the intervention in the American foreign policy during the post-Cold War. It shows how the American military interventions in this period are embedded by values. This way of analysis permits to identify contact points within the most different administrations. The governments studied are the administration of Clinton, G. W. Bush and Obama. The two first ones are interpreted by bibliographic evaluations, whereas the third one is understood by interpreting an Obama essential speech. At the end, it is possible to notice that even in different administrations the idealist values are perceived as link objects.

Key-words: US Foreign Policy; Interventions; Values; Idealism; Democracy.

Introdução

O *mainstream* das análises de política externa é o realismo. A velha máxima é que os estadistas seguem os interesses nacionais do seu Estado, que os separam dos seus valores morais próprios – ou que ao menos deveriam se portar dessa maneira.

Este artigo, por outro lado, busca demonstrar a forte presença dos valores ideais na política externa dos Estados Unidos; mais precisamente nas suas políticas intervencionistas, mostrando como as intervenções pós-Guerra Fria estão “envolvidas pelo manto” dos valores liberais – como os de proteção dos direitos humanos e, sobretudo, da promoção da democracia.

A busca pelos valores idealistas (liberais) no intervencionismo dos Estados Unidos obedece à linha cronológica dos três governos *de facto* inseridos no novo contexto posterior ao conflito bipolar: Clinton, G. W. Bush e Obama. Não se trabalhou, portanto, com a administração de G. H. Bush, pois, por ser a primeira do período pós-Guerra Fria, considerou-a ainda imbuída em um processo de transição natural.

Enquanto a análise dos dois primeiros governos se centra em pesquisas bibliográficas e avaliações dedutivas a partir delas próprias, no tocante ao último, as interpretações são por meio da avaliação do discurso de Obama, que justificou a intervenção na Líbia. Vale salientar, quanto a esta investigação discursiva, que não se obedece ao rigor metodológico da análise do discurso, pois visou-se, simplesmente, extrair os posicionamentos de valores liberais por meio de uma investigação interpretativa.

Os resultados desse breve estudo demonstram certa constância no uso de valores liberais nas mais variadas administrações: Governos Clinton, Bush e Obama. Aceitando-se as diferenças entre essas políticas, percebe-se também similitudes entres os governos, já que mesmo intervenções com padrões bastante diferenciados, guardam consigo discursos fundamentados, em parte, em justificativas baseadas na abordagem idealista.

Mesmo havendo outros contatos valorativos entre os diversos governos, verifica-se a questão da imposição da democracia como a maior fonte de ligação entre as três administrações analisadas no tocante à abordagem idealista. É o elo coerente que vem permeando as política intervencionistas do pós-Guerra Fria.

1. O Idealismo nas Relações Internacionais

A tradição idealista surgiu nas Relações Internacionais com sua própria fundação. As catástrofes advindas da Primeira Guerra Mundial trouxeram a ideia de repensar as relações entre os Estados. Teve-se a necessidade de responder questões como por que a política internacional culminou em uma guerra mundial e por que os Estados continuaram no conflito depois de ele ter-se revelado insano. No cerne das respostas, surgia a compreensão de que o caos gerado no conflito era devido a uma política de poder selvagem promovida entre os países, sendo a política propagada de equilíbrio de poder um problema que deveria ser superado. (JACKSON E SORENSEN, 2007).

Os fundamentos dessa corrente teórica, que emergia para trazer solução à anarquia internacional, advieram do pensamento de liberais, como Locke, Bentham e Kant. Por isso, as terminologias “valores liberais” ou “idealistas” serão utilizadas como sinônimos e, portanto, intercambiáveis durante o texto, particularmente por ter, esta corrente, ficado mais conhecida, no plano teórico, como liberalismo, por seus adeptos. O termo idealismo surgiu como uma crítica realista presente em Carr (1939/2001).

Dentre os precursores dessa corrente, um destaque especial é dado a Kant. Do pensamento kantiano, é possível traçar três questões fundamentais para essa corrente, que

servem para garantir (ou tendem a garantir) a paz: Observância do direito internacional, comércio internacional e disseminação da democracia (KANT, 2008).

Na concepção de Kant, o direito internacional serve para regular as relações dos Estados, evitando que estes procurem usar a força. O comércio internacional torna os Estados interdependentes, o que os desencoraja a entrar em conflito, pois, para ele, “o espírito comercial que não pode subsistir juntamente com a guerra e que mais cedo ou mais tarde se apodera de cada povo” (KANT, 2008, p. 53-4). Já na democracia (em Estados com Constituição republicana), tem-se a ideia de que “quando o cidadão é requerido a decidir se deve ou não haver guerra [...] eles refletirão muito para iniciar um jogo tão grave” (KANT, 2008, p. 26-7).

Ainda da referida obra de Kant, também é observada a importância de se criar uma organização internacional para proscrever as guerras entre os Estados: “Tem de haver então uma liga do tipo especial, que se pode denominar de liga da paz, que deveria ser distinta do tratado de paz que simplesmente procura por fim a uma guerra; aquela, porém, a todas as guerras para sempre” (KANT, 2008, p. 34). Outras questões importantes resgatadas do pensamento kantiano são a não separação da moral e da política e a proteção dos direitos de civis por meio de uma concepção cosmopolita, que na tradição idealista configurará na proteção dos direitos humanos.

Uma figura importante na corrente idealista, surgida no início do século XX, foi Angell (2002), que ressaltava como ilusão o fato de muitos políticos ainda conceberem a guerra como algo lucrativo. Ele arguiu, na verdade, o oposto, ao dizer que as guerras eram bastante onerosas, sobretudo, para o comércio internacional (ANGELL, 2002). O autor, nesse sentido, foi um dos precursores da ideia de interdependência. O idealismo, para ele (2002, p. 24), é bem percebido na seguinte passagem:

A riqueza, o bem-estar e a prosperidade das nações não dependem de modo algum do seu poder político. Se o contrário fosse verdade, a prosperidade mercantil e o bem-estar social das pequenas nações, desprovidas de força política, seriam claramente inferiores aos das grandes potências que governam a Europa, O que não acontece.

A figura mais expressiva na corrente idealista, contudo, foi Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos no pós-Primeira Guerra. Em seus 14 pontos, ele buscou dar evidência às concepções idealistas liberais, com destaque à ideia de que uma organização internacional poderia estabelecer a paz entre os Estados evitando uma nova barbárie (KISSINGER, 1994). Foi nessa perspectiva que se fundou a Liga das Nações. Seu pensamento será detalhadamente

tratado no ponto seguinte. Era uma visão de que a humanidade caminhava para o inevitável progresso.

A nomenclatura de tendência pejorativa por parte dos realistas, que conceitua como idealismo (ao invés de liberalismo), se deu porque, principalmente, ela demonstrou a insuficiência de seus preceitos na esteira da Segunda Guerra. Tudo que se via como fatores que demonstravam um progresso que levaria, em última análise, ao fim dos grandes conflitos ruiu: A Liga das Nações – que já surgiu enfraquecida pela não ratificação do Senado estadunidense – foi rapidamente arruinada; o protecionismo econômico aumentou, a despeito do livre comércio; e novos governos autocráticos ascenderam, o que fragilizou a ideia de ampliação das democracias. Assim, a corrente realista, que buscava demonstrar as relações internacionais como um jogo de poder e interesses entre os Estados, ascendeu fortemente – e manteve-se como principal corrente de análise da esfera internacional, fundada nas concepções de Hobbes, Maquiavel e Tucídides (JACKSON E SORENSEN, 2007).

Após a Segunda Guerra, a tradição idealista buscou reestruturar-se, procurando se afastar do que se tinha por ingenuidade. Buscou-se levar em consideração as relações de poder, aproximando-se, assim, do realismo (SERLING-FOLKER, 2010).

A partir da revolução behaviorista de meados do século XX, ambas as correntes procuram tornar-se “científicas”, fazendo uso de métodos quantitativos para provar suas teses. Daí, o idealismo (ou liberalismo utópico) ressurgiu revigorado como neoliberalismo. Mas, as suas bases, no fundo, eram as mesmas: Liberdade comercial, democracia, importância das instituições e dos direitos dos civis etc.; aspectos que tendem a levar a humanidade a um progresso natural.

Como destaque desse novo momento, é importante ressaltar a teoria da paz democrática. Trata-se da ideia de tornar científica a concepção de Kant (2002) de que as democracias tendem a entrar menos em guerra entre si. Essa teoria busca comprovar isso por meio de avaliações quantitativas que revelam a tese. Justifica-se, por exemplo, por meio da perspectiva kantiana de que as democracias institucionalizadas fazem com que os governos se tornem mais relutantes a engajar-se em conflitos, porque (dentre outros fatores), existe um sistema eleitoral para a seleção do corpo executivo que torna acirrada competição política, bem como a existência de um processo pluralizado das decisões sobre política externa. Doyle (1986) enfatiza o poder dos cidadãos descontentes ao manifestarem sua contrariedade por meio do voto, o que traz custos pessoais à carreira política daqueles representantes com propensões mais belicosas.

Essas concepções perfizeram e ainda continuam presentes na política externa dos Estados Unidos, sendo por vezes incoerentes, sobretudo pela tese de promoção da democracia por meio da força. Na sequência do trabalho, adentra-se especificamente na identificação dos valores idealistas na política externa estadunidense, advindos da tradição de W. Wilson, para, posteriormente, especificar estes preceitos nas ações intervencionistas dos governos do pós-Guerra Fria.

2. Os valores idealistas na Política Externa dos EUA

Não somente nas Relações Internacionais como um todo, mas também nas análises de política externa, ascendeu ao posto mais nobre a tradição realista frente à idealista. Todavia, a análise puramente realista geralmente padece de certa incompletude quando da análise da política externa dos Estados Unidos. O que se percebe é que a pureza na procura por interesses nacionais e respostas naturais ao sistema de poder não é tão obedecida pelos estadistas – ou, ao menos, puramente obedecida.

Certos analistas de política externa estadunidense, como Kissinger (1994), demonstram em suas produções que existe uma forte conotação moralista no comportamento dos estadistas dos Estados Unidos nas suas ações externas. Os valores liberais estadunidenses são um componente constantemente presente nas tomadas de decisões neste país – mesmo que certas vezes sendo usados de modo pouco coerente.

Em *Diplomacy* – em que ele faz um extenso percurso no estudo da prática diplomática ocidental ao longo da história – Kissinger (1994) traz uma apresentação do que ele entende serem as duas tradições as quais os estadistas estadunidenses fundamentam sua política externa: Uma delas é a “*Rooseveltiana*”, herdada de Theodore Roosevelt, em que se foca o realismo, observando, dentre outros fatores, a busca pelo estabelecimento e/ou manutenção da balança de poder no mundo, visando assim satisfazer os interesses nacionais do país ao fazer dos Estados Unidos (e mantê-los como) uma das potências participantes do restrito condomínio de poder mundial.

A outra tradição é a “*Wilsoniana*”. Nessa, ao contrário do que ocorre com a tradição *Rooseveltiana* (realista), ocorre uma forte observância da moral na política externa. A presente tradição, como é possível inferir, é decorrente das ideias do presidente Woodrow Wilson – portanto, idealistas. Seu pensamento repudiava a política de poder, tida como egoísta, das nações europeias, e procurava incorporar os valores morais do cidadão também na política de Estado.

Kissinger (1994, p. 46) destaca os principais pontos de entendimento dessa corrente, as quais são intimamente ligadas à concepção kantiana: 1) A missão especial estadunidense supera a questão da diplomacia do dia-a-dia e obriga o país a ser uma espécie de farol da liberdade (*beacon of liberty*) para humanidade; 2) A política externa das democracias é considerada superior, tendo em vista que o povo que as compõem são “amantes da paz” (*peace-loving*); 3) A política externa deve refletir os mesmos valores morais da vida pessoal; e 4) O Estado não tem direito de reclamar uma moral separada para si próprio.

Assim, o idealismo na política externa dos Estados Unidos, advinda dos preceitos de W. Wilson faz uma junção entre valores liberais (promoção da democracia e de livre comércio) com morais; ou seja, acredita que esses valores são os mais adequados para o progresso da humanidade e que por uma questão moral devem ser disseminados e do mesmo modo, valores morais devem estar presentes nas decisões dos estadistas.

O *Wilsonianismo* e o *Rooseveltianismo* são diametralmente opostos. Segundo Kissinger (1994, p. 47) – em uma definição bastante elucidativa – enquanto T. Roosevelt era o “guerreiro-estadista” (*warrior-statesman*), W. Wilson foi o padre-profeta (*prophet-priest*). O autor destaca que Wilson incorporou bem um fator primordial presente na cultura estadunidense, de que seus cidadãos não veem o seu país igual às outras nações (KISSINGER, 1994, p. 44). “Para Wilson, a justificativa do papel internacional dos EUA era messiânica: A America não tem nenhuma obrigação com a balança de poder, mas sim para com disseminação dos seus valores pelo mundo” (KISSINGER, 1994, p. 30, tradução do autor).

Diferentemente daqueles que argumentam que o comportamento dos Estados é sempre pautado por interesses nacionais, Kissinger (1994, p. 30) afirma que o idealismo *Wilsoniano* – a partir da passagem de W. Wilson na presidência – é responsável por fundamentar a política externa estadunidense até os dias atuais.

Dueck (2003/04) faz uma análise semelhante à de Kissinger. Segundo aquele autor, a conduta da política externa estadunidense tem por base, durante mais de cem anos, em maior ou menor medida, a observância de crenças chamadas liberais.

Vale salientar que, quando se fala aqui de realistas que entendem o comportamento do Estado como visando aos interesses nacionais, não se ocupa evidentemente de todos os realistas; mais precisamente de realistas que trabalham com política externa dos EUA e estabelecem em suas análises esta compreensão da presença dos aspectos morais na política externa estadunidense. Essas análises são feitas para criticar a postura dos estadistas dos EUA

que terminam por levar a cargo nas suas decisões a questão desses valores. G. Kennan (1985) destaca que os valores morais estadunidenses (sobretudo referentes à promoção da democracia) não necessariamente devem ser descartados, mas sim devem ser usados visando a satisfazer o interesse nacional. Esse tom crítico está presente também no livro de Kissinger, deixando evidente o seu lado realista.

Na verdade, o que se percebe é que na política externa dos EUA existe uma junção dessas duas tradições. É difícil dizer, como muitos neorealistas pensam, que há um comportamento puramente sistêmico o qual visa satisfazer os interesses nacionais definidos em termos de poder. Ocorre sim uma interligação entre realismo e idealismo. Neste sentido, os valores liberais parecem estar sempre presentes em maior ou menor proporção, como relata Dueck. Este autor ainda deixa evidente este fato ao salientar o uso nem sempre altruísta desses valores por parte dos estadistas norte-americanos:

Of course, U.S. foreign policy officials have never promoted a liberal world order simply out of altruism. They have done so out of the belief that such a system would serve American interests, by making the United States more prosperous, influential, and secure. Americans have also frequently disagreed over how to best promote liberal goals overseas. Nevertheless, it is fair to say that liberal goals and assumptions, broadly conceived, have had a powerful impact on American foreign policy, especially since the presidency of Woodrow Wilson (DUECK, 2003/04).

No que concerne às práticas intervencionistas na política externa dos EUA, os valores liberais estão presentes, sobretudo, na questão da disseminação da democracia (o que ficou conhecido como *democratic enlargement*). Nesse caso, está situada a ideia não somente de que mais democracias é bom para o mundo, como também para os próprios Estados Unidos. Assim, o EUA tem o dever moral de espalhar essa forma de governo, mesmo que pelo uso da força. Trata-se da “libertação” dos povos da tirania, do *beacon of liberty* (farol da liberdade).

Não somente a disseminação da democracia, contudo, está associada aos valores, pois a modalidade de intervenção visando à proteção dos direitos humanos como um ato solidário de libertação também determina muitas vezes ações intervencionistas. O que fica mais claro no período conhecido por Intervenções Humanitárias (IH), no governo Clinton, e que se perpetuou nos discursos para justificar as intervenções na administração Bush; retomando-se de modo mais evidente no governo Obama.

Kissinger e Baker III (2011), ao analisar as bases do intervencionismo estadunidense, procuram demonstrar justamente sua opinião acerca da junção dos valores morais com os interesses nacionais. Eles nomearam essa forma de prática política de “idealismo pragmático”:

Like most Americans, we believe that the United States should always support democracy and human rights politically, economically and diplomatically, just as we championed freedom for the captive peoples of the Soviet empire during the Cold War. Our values impel us to alleviate human suffering. But as a general principle, our country should do so militarily only when a national interest is also at stake. Such an approach could properly be labeled “pragmatic idealism.” (KISSINGER E BAKER III, 2011)

Eles exemplificam a Líbia como sendo um caso em que os interesses nacionais vitais estadunidenses não estavam em voga. Todavia, os autores reconhecem intervenções desse tipo como uma exceção e destacam que apenas os interesses idealistas não podem ser suficientes para que se estabeleçam intervenções militares, mesmo com bases humanitárias. Eles enfatizam, ainda, que os Estados Unidos, portanto, não podem ser “a polícia do mundo” (*world’s policeman*).

Kissinger e Baker esclarecem que os EUA devem seguir tanto os seus valores como os seus interesses nacionais:

The United States should pursue a policy that couples our determination to protect our national interests with promotion of the values that have made our country great — democracy, freedom and human rights. Such a policy of pragmatic idealism is the best way to confront the challenges and opportunities of the momentous transformation taking place in the Islamic world (KISSINGER E BAKER III, 2011)

Esse entendimento é o que parece prevalecer na política externa intervencionista estadunidense. No presente artigo, portanto, que visa analisar a política intervencionista estadunidense pela ótica idealista, não se busca afirmar que os interesses nacionais definidos pelos realistas não estejam presente nas intervenções, pelo contrário, assume-se aqui a ideia de que esses interesses e aspectos idealistas concorrem de forma conjunta nas ações intervencionistas. O seletivismo, nesse tipo de prática, é um componente que pode demonstrar a presença de ambas as perspectivas (idealista e realista) em uma mesma ação. Ser seletivo nesse sentido é escolher em que casos se deve intervir, em detrimento de outros. Essa questão é bastante relevante quando se analisa IH, já que, muitas vezes, Estados com capacidade interventiva podem intervir em uma crise humanitária e negligenciar outra que ocorra simultaneamente (WHEELER, 2000). Todavia, o que se busca destacar aqui é que a questão dos valores morais está presente independentemente dos aspectos realistas. Esse será o norte a ser seguido no presente estudo.

3. O intervencionismo no Governo Clinton: As intervenções humanitárias e a promoção da democracia

A década de 1990 foi um período de redefinição da política externa dos EUA, em que esta teve de se adaptar a um novo contexto das relações internacionais; contexto que não mais tinha a Guerra Fria como a lógica de comportamento a ser seguida. Dentre as áreas de maior relevância na política externa dos Estados Unidos a serem redefinidas estava a segurança internacional. Quais seriam as ameaças nessa nova ordem? Como os Estados Unidos deveriam agir dentro desse novo período que estava sendo delineado? Foi nesse novo ambiente de incertezas – e por que não, de esperança – que assumiu a administração o presidente William J. Clinton, em 1992. Na área de segurança, uma revisão da estratégia militar que foi feita pelo presidente confirmou o internacionalismo e uma espécie de idealismo Wilsoniano como um dos principais expoentes a serem seguidos (DOBSON, 2002). Clinton buscou uma maior relação com a ONU e o envolvimento da OTAN, enfatizando a importância do multilateralismo. A identidade liberal estadunidense foi ressaltada com a questão da promoção da democracia (conhecido como *democratic enlargement*) e, associada a ela, a da garantia dos direitos humanos.

O intervencionismo militar foi uma das grandes marcas da política de segurança nos oito anos de governo de Bill Clinton. Sua administração se envolveu em mais guerras curtas (*short wars*) que qualquer outro presidente na história dos Estados Unidos, desde W. Wilson (CAREY, 2001). Neste governo, ficou evidente o papel exigido da única superpotência: O de “*peace-broker*” na Europa e interventor humanitário na África. Enfatiza-se, assim, a missão estadunidense de liderar a luta pela liberdade e pela paz no mundo (SANTOS, 2010). Liberdade por meio de valores liberais – portanto ocidentais – definidos por meio das concepções estadunidense.

Dentro desse período, os EUA interviram diretamente na Somália (iniciada no governo de G. H. Bush), no Haiti, na Bósnia e em Kosovo. Além de ter tido participações indiretas em situações como Serra Leoa, Libéria e Timor Leste (CAREY, 2001). As citadas intervenções diretas realizadas pelos EUA foram conhecidas, dentro da literatura, por Intervenções Humanitárias (IH).

A respeito dessa prática, Rodrigues (2000, p. 110) destaca que, com o fim da Guerra Fria, surgiu a ideia de que o sofrimento humano em grandes proporções representa uma ameaça à paz e à segurança internacional. A partir desse momento, os direitos humanos passaram a ser considerados claramente uma questão de segurança coletiva.

Finnemore (2003, p. 53) entende por IH o “deslocamento de força militar com o propósito de proteger estrangeiros de violências causadas pelo homem” (Tradução do autor).

Já Holzgrefe (2003, p. 18) define IH como

[t]he threat or use of force across state borders by a state (or group of states) aimed at preventing or ending widespread and grave violations of fundamental human rights of individuals other than its own citizens without the permission of the state within whose territory forces is applied.

Fica claro, assim, que um dos principais objetivos na nova política intervencionista seria a defesa e proteção de civis em crises humanitárias pelo mundo. Salienta Rieff (1999) que a maioria das intervenções que vem sendo estabelecida após o conflito bipolar se fundamenta em uma mistura de proteção dos direitos humanos e preocupações humanitárias.

Clinton e sua administração constantemente declaravam que os Estados Unidos tinham uma espécie de interesse humanitário vital em casos de guerra civil e desordem (DUECK 2003/04). A primeira das intervenções nesse sentido, dentro do governo Clinton, ocorreu na Somália. Na verdade, foi a continuidade de uma ação já iniciada na administração de “Bush pai” (WESTERN, 2002) e buscou sanar a crise de fome vivenciada no país. A ação foi estimulada pelas imagens que mobilizaram a opinião pública estadunidense, o que ficou conhecido por “efeito CNN”. Porém, essa operação militar, com interesses estratégicos pouco visíveis, não durou muito. O “efeito CNN” serviu tanto para motivar a opinião pública, como para forçar a retirada do contingente militar – depois que *mariners* estadunidense foram mortos em confronto (MORALES, 1994).

No Haiti, a intervenção liderada pelos EUA, com autorização da ONU, teve o intuito de estabilizar a crise política causada depois da deposição do presidente Aristides. Referida crise havia desembocado em uma desordem generalizada, situação na qual foi instituído um “período de terror” (RODRIGUES, 2000, p. 150). As diversas violações dos direitos humanos no país caribenho, com mutilações, estupros, desaparecimentos e execuções, após mais uma das tantas crises políticas que o assolaram ao longo do século XX, fizeram com que a ONU estabelecesse a resolução 940. Referida medida instituiu a possibilidade do uso do Capítulo VII da Carta da ONU para a retomada da estabilidade no Estado haitiano.

Os Estados Unidos participaram significativamente do processo de estabilização do Haiti por meio da resolução onusiana. Um dos principais fatores que motivaram a presença estadunidense foi a questão dos refugiados. Um fluxo intenso de refugiados haitianos seguiu para os EUA, muitos dos quais foram barrados pelo governo de Bill Clinton (RODRIGUES, 2000, p. 147).

O Haiti é um país no qual existe um grande histórico de ingerência estrangeira, sobretudo dos Estados Unidos; tendo em vista a sua inserção em uma zona de influência estadunidense na América. Esses fatores podem ser colocados como desafiadores às justificativas puramente humanitárias para o caso, por parte dos EUA.

Já na Bosnia e em Kosovo, as intervenções foram feitas pela OTAN. Suas justificativas se centravam na necessidade de se evitar a política de limpeza étnica promovida pelos sérvios ao comando de Milosevic. No primeiro caso, somente após a ocorrência do flagrante desastre em Srebrenica houve o despertar para uma atuação mais efetiva. A intervenção se caracterizou, sobretudo, por bombardeios aéreos com objetivos limitados. A ação mais consistente ocorreu apenas em 1995 (três anos após o início do conflito) (MORRIS, 2006, 106-9).

O Acordo de Dayton (patrocinado pelos EUA) pôs fim ao capítulo bósnio da crise na ex-Iugoslávia. Com um saldo de 250 mil mortos e 2,5 milhões de refugiados; além de uma crise econômica e social (RODRIGUES, 2000, p. 160-1). Entretanto, mais um episódio de crise humanitária nos Bálcãs estava por vir.

A preocupação com uma crise humanitária nos Bálcãs mais uma vez chegou ao Conselho de Segurança da ONU. Os Estados Unidos – tal como os britânicos – diferentemente do que ocorreu no retardo bósnio, estavam mais decididos a usar a força na crise de Kosovo, para tanto buscaram autorização das Nações Unidas. A resolução 1199 procurou estabelecer obrigações perante o governo de Milosevic e exigiu o fim das agressões aos kosovares. Todavia, apesar da referida resolução ter sido fundamentada no cap. VII, o uso da força não foi explicitamente autorizado (MORRIS, 2006, p. 110). Mesmo assim, a despeito do sistema multilateralista da ONU, a intervenção ocorreu com justificativas de sanar as graves violações dos Direitos humanos. Foi colocada também sobre o auspício da OTAN. E, foi proporcionada, sobretudo, pela presença estadunidense. Wheeler (2000, p. 266) destaca que a efetividade dos bombardeios realizados somente foi possível graças ao comprometimento dos EUA do disponibilizar mais de 650 aeronaves.

A operação foi peculiar. Tal qual a intervenção Bósnia, a ação se deu por meio de bombardeios aéreos nem sempre cirúrgicos. Diversas críticas foram feitas acerca da satisfação humanitária, tendo em vista o fato de que milhares de pessoas inocentes foram mortas ou tornaram-se refugiadas. Por outro lado, a operação não teve sequer uma baixa do lado da OTAN (KHALID, 2011, p. 73-4).

O estabelecimento de IH¹ não significou um envolvimento constante em crises emergenciais. Na verdade, a seletividade foi uma das características da administração Clinton – e é uma peculiaridade desse tipo de intervenção. A crise ruandesa foi provavelmente o caso em que a negligência da referida administração foi mais patente. Ao não se realizar uma ação efetiva na situação, 800 mil pessoas padeceram em uma ação genocida que teve toda sua preparação conhecida pelos EUA e pela ONU. Anos depois, em visita a Ruanda, Clinton pediu desculpas pela inação estadunidense (DESFORGES, 2009).

Durante a administração Clinton, outro fator importante que pode caracterizar a política externa dos Estados Unidos como persecutória das premissas liberais foi a busca pelo multilateralismo. Por meio da ação multilateral, demonstra-se a intenção de atuar em conjunto com a Sociedade Internacional e buscar uma ação legítima de acordo com as regras internacionais estabelecidas por essa sociedade. As práticas intervencionistas na administração Clinton foram quase sempre deliberadas por autorizações expressas da ONU.

Aliás, essa forma de proceder veio sendo observada desde o governo anterior. A Guerra do Golfo teve autorização da ONU, e a intervenção na Somália também. Na administração de Clinton, a única intervenção que não teve uma expressa autorização onusiana foi a de Kosovo. Todavia, existia uma resolução do Conselho de Segurança que apesar de não trazer nitidamente a possibilidade do uso do cap. VII, dava brechas para uma interpretação nesse sentido. Mais do que isso, a ação foi tida por muitos como “ilegal, porém legítima”, já que visava sanar uma grave crise humanitária (MORRIS, 2006).

Um fator que merece destaque quanto à perspectiva idealista na política externa da administração Clinton é o papel da promoção da democracia – e de valores liberais, de modo geral. De forma mais genérica, Art (1999), ao falar da promoção da democracia como algo moralmente desejável para os Estados Unidos, elenca três motivos para tanto. Primeiro, justifica por meio da tese da paz democrática, falando que a promoção da democracia torna mais provável a pacificidade dos Estados, ressaltando que ao aumentar o número de zonas pacíficas isso beneficia os EUA pelo simples fato que um mundo mais pacífico significa um mundo menos perigoso para os estadunidense.

Em segundo lugar, o autor diz que “espalhar” a democracia (*democratic spread*) é a

¹ A celeuma teórica a qual as IH estão envolvidas é bastante complexas. Os realistas entendem que o uso de justificativa humanitária é apenas um artifício retórico para alcançar legitimidade interna e internacional para ter seus interesses nacionais (que são os considerados reais) satisfeitos. Já para construtivistas, interesses definidos em termos realistas dificilmente são percebidos claramente nas intervenções que foram consideradas humanitárias. Aqui usa-se mais o entendimento de Bellamy (2004) da escola inglesa, em que baseado nas concepções de Martin Wight, busca-se entender que interesses realistas e solidaristas não são excludentes, mais podem está presentes ambos numa mesma ocasião. Evita-se assim o reducionismo na análise interpretativa.

maneira mais eficaz de se garantir a proteção dos direitos humanos e de se evitar assassinatos massivos, tornando-se menor a necessidade de intervir. Por último, ressalta o autor que o aumento da quantidade de democracias é bom para o crescimento econômico mundial. Logo, conclui, por meio de um pensamento bastante liberal que *“more peace zones, lessened need for intervention, and greater prosperity- these are the likely benefits of the global spread of democracy”*. Percebe-se que os valores liberais estadunidenses estão imbuídos nas próprias reflexões do autor, que, em vez de uma análise crítica, ele busca justificar o porquê da importância da propagação da democracia para os EUA.

Em artigo sobre a associação da democracia com o uso da força, Santos (2010) destaca que Clinton, no que diz respeito à Europa, falava constantemente, nos seus discursos, que os Estados Unidos tinham como um de seus principais objetivos construir uma Europa democrática, associando a importância dessa Europa democrática com a própria segurança estadunidense; repetindo esses argumentos, de forma incansável, a cada intervenção, posta em prática pelos EUA, em que se visava restaurar (ou impor) a democracia, associada ao caráter humanitário. Completa a autora:

É assim no que se refere ao Haiti (cf. Address to the Nation on Haiti, setembro 1994), à Bósnia-Herzegovina (Address to the Nation on Implementation of the Peace Agreement in Bósnia-Herzegovina, novembro 1995), aos ataques aéreos contra a Sérvia (Address to the Nation on Airstrikes against Serbian targets in the Federal Republic of Yugoslavia – Serbia and Montenegro, março 1999), ao Kosovo (Address to the Nation on the Military Technical Agreement on Kosovo, junho 1999). Note-se que na grande maioria das vezes Clinton liga a promoção de democracia tanto à segurança quanto aos interesses econômicos americanos (SANTOS, 2010, p. 170)

Na concepção de Dueck (2003/04), as práticas de IH presentes no governo Clinton faziam parte de um programa maior da política externa dessa administração, intitulada “alargamento democrático” (*democratic enlargement*), que tinha como objetivo espalhar o livre mercado e a democracia pelo mundo.

Assim, o que se pode perceber é que a promoção da democracia era vista como um componente primordial dentro da política externa intervencionista da administração Clinton. No caso específico das intervenções justificadas para a proteção de seres humanos em graves crises, a promoção da democracia é vista como um fator que pode reajustar países que são descritos como “falidos”; merecendo, portanto, uma reestruturação aos moldes liberais, por ser um exemplo de um modelo que “deu certo” e deve, assim, messianicamente, ser propagado para o mundo “não civilizado”, por meio de uma missão libertadora. Trata-se aqui do “farol da liberdade” (*Beacon of liberty*).

4. Os valores liberais na política intervencionista da Administração Bush

A política intervencionista do governo G. W. Bush decorreu diretamente dos atentados de 11 de setembro de 2001. Os ataques foram fundamentais para a definição da política estratégica estadunidense voltada ao intervencionismo. A partir do choque causado no presidente, em seus assessores e no público em geral, é que de modo mais incisivo uma política estratégica agressiva, pautada fortemente em valores liberais, foi traçada por essa administração (DUECK, 2003/04).

Não se pode falar, todavia, que esta estratégia não era cogitada mesmo antes dos atentados. Mann (2006) ressalta que neoconservadores (neocons), como Rumsfeld, Cheney e Wolwitz, que formavam o núcleo duro da administração, já cogitavam usar a força para cuidar de questões mal resolvidas nos governos anteriores, como a permanência de Saddam Hussein no poder após a Guerra do Golfo.

São notórias as características marcantes que divergiram da administração passada. No tocante aos fatores contrários aos atributos idealistas, comparativamente à política externa de Clinton, pode-se destacar inicialmente a questão do unilateralismo como forma de agir.

Diferentemente da administração anterior, a busca por uma legitimidade e legalidade internacional no ato de intervir não era um fator essencial para o governo Bush. Buscava-se, sim, uma autorização da ONU – A intervenção no Afeganistão, inclusive, teve respaldo da ONU, apesar de ter sido executada pela OTAN –. Mas, ao se perceber que essa autorização não viria, no caso do Iraque, os EUA usaram mesmo assim a força.

Em artigo que vai identificar os traços da Doutrina Bush, Jervis (2003, p. 370) enfatiza essa disposição de agir unilateralmente, caso seja necessário, como sendo uma característica presente na doutrina Bush. No mesmo artigo, ele ressalta que esse unilateralismo é uma questão intrínseca aos *neocons* – os quais tiveram grande papel também na administração Reagan. Jervis detalha melhor esse fato mostrando que a participação de outros países é necessária, mas isso não significa uma atitude decisória conjunta:

Of course, assistance from others was needed in Afghanistan and Iraq. But these should not be mistaken for joint ventures, as the United States did not bend its policy to meet others' preferences. In stressing that the United States is building coalitions in the plural rather than an alliance (the mission determines the coalition, in Rumsfeld's phrase), American leaders have made it clear that they will forego the participation of any particular country rather than compromise (JERVIS, 2003, p. 370).

Mesmo sendo o unilateralismo uma característica realista clássica, Marzarr (2003, p. 505) identifica a sua vertente excessiva como algo contrário a essa tradição. Para o autor:

Realists know that the world is littered with tourist site ruins of empires brought down by their own hubris and excessive unilateralism. This is one reason why classic realists tend to be more cautious, more humble, and in fact more alliance-prone and multilateral than a crude reading of their philosophy might suggest.

Logo, há divergências mesmo se o componente unilateralista do governo Bush possa se encaixar mais na vertente realista ou idealista.

Um ponto ainda mais evidente nas análises sobre a política externa de Bush, com relação ao caráter realista de suas intervenções, é o fator interesse nacional. Segundo Bandeira (2008, p. 17-8), a prioridade no início da política externa de Bush não era o combate ao terrorismo e evitar a disseminação de armas de destruição em massa, mas sim reforçar o fluxo de petróleo e gás natural. Ele exemplifica isso dizendo que naquela época as exportações de petróleo estavam ultrapassando 50% do consumo interno; e o gás natural também era outro fator crítico. Ressalta, assim, o autor, que os ataques de 11/09 “permitiram que o governo de Washington, sob a consigna da *“war on terrorism”*, intensificasse a militarização da política externa e empreendesse a campanha para assegurar as fontes de energia – gás e petróleo e as rotas de abastecimento”. Bandeira ainda vai mais além na sua análise realista pura ao dizer que a guerra contra o terror foi apenas uma “mera retórica, um eufemismo” para encobrir os reais objetivos de Bush, que eram “vencer a resistência e/ou insurgência islâmica, e controlar a Ásia Central e o Oriente Médio, com suas enormes jazidas de gás e petróleo”.

Klare (2006/07, p. 32) ressalta justamente essa busca pelo petróleo como a explicação plausível para a invasão no Iraque. Ele diz que a política de busca por essa fonte energética é derivada do que ele chama de Doutrina Carter. Segundo o autor:

The Carter doctrine was first enunciated in then-President Jimmy Carter's "state of the union" address of 23 January 1980, in which he informed congress and the American people that access to the Persian Gulf's oilfields was essential to the health of the US economy and so any hostile effort to block such access would be considered an assault on America's "vital interests" and so would be resisted by "any means necessary, including military force."

Logo, a estratégia de acesso a fontes de energia é identificada como uma das motivações que permearam as intervenções no governo Bush, agregando-se, assim, ao já citado fator promoção dos valores liberais - sobretudo da democracia. Esses dois objetivos parecem se entrelaçar na política externa agressiva dessa administração. Essa duplicidade é clara nas palavras de Pecequillo (2008, p. 40): “Os neocons fizeram dessa guerra [do Iraque] uma forma

de recuperar a confiança e fazer dela uma ponte para suas prioridades na eurásia de avanço territorial, controle de fontes de energia e promoção da democracia”.

Desta forma, mesmo havendo uma clara mudança de postura caracterizando o governo Bush com aspectos realistas mais relevantes, algumas questões foram claramente idealistas. A esse respeito, Marzarr (2003) diz que o idealismo no modo de agir nessa administração é advindo de uma crença no “progresso da humanidade” e vem de dois fatores fortemente presentes no presidente Bush, uma crença religiosa patente, combinada com uma forte convicção em dois pontos: Liberdade e livre mercado. O autor lembra que nenhuma retórica desse tipo seria necessária na visão de um realista. Assim, o intervencionismo do governo Bush vem imbuído fortemente de valores – liberais, mas também religiosos, traduzidos em uma luta do “bem contra o mal”, que visa à promoção da democracia como valor almejado pela humanidade e de interesse dos EUA.

O uso do discurso em favor da democracia libertadora se tornou evidente em ambas as intervenções realizadas pelo governo Bush, tanto no Afeganistão, para livrar o povo afegão, oprimido pela organização social posta pelos radicais islâmicos do Talibã, como na segunda Guerra contra o Iraque, ao ter o propósito de libertar o povo da opressão promovida do governo ditatorial de Saddam Hussein; evidenciando assim o outro como o “mal”, envolvidos por uma cultura perversa, que precisa ser libertada e assumindo que o povo de ambos os Estados agradeceriam ao libertador estadunidense por serem “salvos”.

Além disso, como destaca Marzarr (2003), o entendimento de paz democrática era algo incrustado na administração Bush. Havia, então, a crença de que democracias eram mais previsíveis, mais confiáveis e menos belicosas que Estados não democráticos, Hhavendo aqui uma identidade com o governo de Ronald Reagan. Não significava, no pensamento da sua administração, que um mundo em que democracias dominassem o ambiente seria um mundo sem guerras, mas era algo bastante próximo desse pensamento. Elucidativamente, fala então Marzarr (2003) o que segue: *“Thus Bush's officials, much like Reagan's, are adherents of the distinctly liberal and idealist (not to mention fundamentally valid) notion of the 'democratic peace’”*.

Essa questão fica mais evidente na *National Security Strategy* (NSS) de setembro de 2002. Nesse documento, evidencia-se que a promoção da democracia, assim como o estabelecimento do livre mercado, eram interesses estadunidense centrais. Democracia e direitos humanos foram descritos nesse documento como demandas não negociáveis (*nonnegotiable demands*) (DUECK, 2003/04). Da NSS de 2002 veio a Doutrina Bush, donde

a invasão no Iraque foi derivada. Neste sentido, no que diz respeito à democracia, pode-se dizer que

a resposta do governo vindo em forma de uma doutrina de política externa de grande agressividade, que inclusive previa a guerra preventiva, era fundamental para reforçar a missão de levar a democracia e a liberdade aos outros povos, mesmo que pelo uso da força. Invadir o Iraque, como medida preventiva (...) tinha que parecer aos olhos do povo americano como a coisa certa a fazer, e mais, que só eles podiam fazer. Não se tratava aqui apenas da segurança dos Estados Unidos, a retórica da missão americana reforçava a importância daquela guerra para a humanidade, era quase uma “guerra santa” (SANTOS, 2010, p. 169).

Destarte, assim como o governo Clinton, a promoção da democracia, de maneira específica, e de valores liberais, de forma mais abrangente, também foram fatores que caracterizaram aspectos idealistas na política intervencionista de Bush. Dessa vez, de modo mais agressivo, vinculada inclusive à doutrina da “guerra preventiva”.

Além da questão de promoção da democracia, a administração Bush buscou justificar as intervenções tanto no Afeganistão como no Iraque, como uma questão humanitária, em uma situação patentemente diferente das intervenções ocorridas com essa alcunha durante o governo Clinton. Essa situação demonstra como a questão dos valores morais pode ser flexível à interpretação de administrações. Segundo J Kurth (2005), esse uso indiscriminado de justificativa humanitária por parte da administração Bush serve para dificultar sobremaneira o que ele compreende realmente por uma intervenção de cunho humanitário.

Stuckey e Ritter (2007) trabalham com a ideia de discurso de proteção dos direitos humanos como ideografia na política externa de Bush, fortemente marcada pelo neoconservadorismo, servindo esses valores morais para justificar intervenções militares como “*military humanism*”. Segundo os autores, Bush, assim como outros presidentes estadunidense, remonta ao comprometimento dos Estados Unidos com a proteção dos direitos humanos diretamente à fundação do país. Nesse sentido, associando-a à própria tradição excepcionalista:

[They] connected the mission of "American democracy" to the obligation to spread freedom around the world to its support of human rights. History, destiny, democracy, freedom, and <human rights> were all treated as implying one another, evoking one meant evoking the whole cluster of ideas (STUCKEY E RITTER, 2007, p. 655)

Foi assim, ligando a proteção dos direitos humanos a outros valores presentes na tradição idealista na política externa dos EUA – liberdade, de modo geral, e democracia e livre mercado, de forma específica – que Bush procurou trabalhar com a ideia de que seu governo

não só intervia por seus interesses, mas sim existia um forte componente altruísta, no qual se intentava ajudar as populações dos dois Estados invadidos.

Percebe-se a questão da identidade liberal estadunidense como um dos pontos fundamentais para guiar as ações coercitivas do Estado, em termos de política externa, tanto sendo algo bom para a própria segurança dos EUA (paz democrática), como para os outros povos, os oprimidos que seriam libertos.

Mesmo em uma administração percebida por muitos como diametralmente oposta ao governo do presidente democrata que o antecedeu, pode-se enxergar pontos de contato que vão além das políticas partidárias, ou de governo. Um elo que está intrínseco à própria construção do Estado, e que pautou tanto seu comportamento no período da Guerra Fria, como no período pós-Guerra Fria, seja nos momentos anteriores ou posteriores aos ataques de 11 de setembro. O intervencionismo nos dois governos, mesmo *a priori* assumindo características que parecem ser bastante distintas, no fundo obedecem a uma certa continuidade derivada, como dito, da presença dos valores estadunidenses.

Essa questão da presença de fatores concernentes a uma política externa idealista nas políticas intervencionistas segue firme. A última intervenção estadunidense, praticada no governo Obama, reafirma muitos dos valores que permeiam essa abordagem.

5. O idealismo na intervenção líbia

Nessa última etapa de análise, será avaliada a intervenção praticada dentro do governo Obama e a questão da promoção dos valores liberais mais uma vez usados como justificativa. Nesse ponto, o enfoque é dado pelo discurso proferido pelo presidente, no qual ele dá justificativas para o povo estadunidense de o porquê intervir.

A intervenção líbia teve início em meados de março de 2011, após a autorização da resolução 1973 das Nações Unidas. Tratou-se de uma resposta à repressão promovida pelo ditador Muammar Gaddafi contra dissidentes do país, que buscavam estabelecer um movimento para a democratização – seguindo o que ficou conhecido como primavera árabe – e, conseqüentemente, retirar o poder das mãos do ditador (a mais de 40 anos no governo). Essa ação militar marcou o retorno da participação estadunidense em intervenções, sendo a primeira dentro do governo de Barack Obama (e até o presente momento, a única).

Nove dias após o início da intervenção, o presidente Obama se pronunciou para o povo estadunidense no intuito de relatar as motivações da referida ação. Nesse discurso², a

² O presente discurso pode ser visto na íntegra em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-12889307>

questão dos valores morais tem bastante relevo.

Inicialmente, pode-se identificar fortemente a justificativa humanitária traduzida no desejo de deter os assassinatos realizados como forma de repressão, como é percebido em alguns trechos do seu discurso: *“Confronted by this brutal repression and a looming humanitarian crisis, I ordered warships into the Mediterranean. European allies declared their willingness to commit resources to stop the killing”*. Mais diretamente, ele enfatiza: *“I authorized military action to stop the killing”*.

Obama cita, inclusive, a falta de ação no caso da Bósnia para justificar a rapidez com que a ação foi estabelecida: *“[W]hen people were being brutalized in Bosnia in the 1990s, it took the international community more than a year to intervene with air power to protect civilians”*.

Ainda, retratando essa preocupação humanitária para evitar um massacre, Obama deixa claro seu distanciamento da *Realpolitik* ao dizer que *“Some nations may be able to turn a blind eye to atrocities in other countries. The United States of America is different. And as president, I refused to wait for the images of slaughter and mass graves before taking action.”*

Por fim, vale salientar que o presidente fala mesmo de uma responsabilidade estadunidense para com o caso, deixando claro aqui a importância dos valores morais dos EUA para o estabelecimento dessa ação: *“[W]hen our interests and values are at stake, we have a responsibility to act”*. Quanto à questão da responsabilidade moral, vale lembrar aqui que o mesmo argumento foi usado por Clinton em Kosovo (WHEELER, 2000). Além disso, percebe-se que, mesmo em um discurso predominantemente idealista, existe também referência aos interesses realistas. É a comunhão entre as duas correntes tratadas no primeiro ponto do artigo, sobretudo com o pensamento de Kissinger e Baker III (2011).

É notável também a intensa preocupação com a promoção de valores liberais no discurso aqui citado, mesmo Obama procurando amenizar, ao dizer que esta não deve advir de uma imposição externa, mas de um anseio do próprio povo líbio: *“The United States will not be able to dictate the pace and scope of this change. Only the people of the region can do that”*. Assim, o presidente deixa claro a sua simpatia e a ajuda por parte dos EUA quando existe semelhança entre os valores estadunidense e de outros países, ao falar do seu apoio *“for a set of universal rights, including the freedom for people to express themselves and choose their leaders”*.

Interessante notar que, mesmo destacando que sua motivação não visou o imediato estabelecimento de uma democracia, é possível observar suas intenções implícitas na ação

militar ao dizer que “*wherever people long to be free, they will find a friend in the United States*”. Esta imposição externa da democracia por parte dos Estados Unidos é um dos pontos de maior crítica sobre o *Império da Incoerência* de Mann (2006).

Na verdade, as principais potências reticentes quanto à questão das intervenções com justificativas humanitárias – China e Rússia – deixaram claro suas insatisfações concernentes ao mau uso do mandato proferido pela resolução 1973. Estas potências, junto com outras potências medianas – como a Índia e o Brasil – criticaram a transformação de uma operação delegada pela ONU à OTAN precipuamente para amenizar a questão humanitária em uma operação de mudança de regime (EVANS, 2012).

Obama confirma a predominância do idealismo no seu discurso ao dizer: “[W]e have done the hard work of protecting our own people, as well as millions around the globe. We have done so because we know that our own future is safer and brighter if more of mankind can live with the bright light of freedom and dignity”. Verifica-se, nesse trecho, o entendimento de que um mundo mais democrático é um mundo mais pacífico para os EUA, o que vai a favor do pensamento da democracia como algo moralmente desejável para os estadunidense, como já foi destacado no primeiro ponto do trabalho, ao tratar o artigo de Art (1998/1999)

A busca por valores liberais – e promoção da democracia, de modo particular – vem ao encontro das intervenções no período de Clinton, em que diversas características em comum permeiam ambos os governos democratas – principalmente a justificativa humanitária. Mas também se assemelha ao intervencionismo na administração Bush, em que, aparentemente, levava-se a crer que tinha havido uma mudança por completo no caráter intervencionista. Essa coerência está associada a já citada “missão estadunidense”, que é de promover a democracia e a liberdade pelo mundo (SANTOS, 2010). Assim, torna-se muito difícil arguir que houve alguma administração que tenha-se pautado exclusivamente pelo realismo.

Tendo por base o exposto, pode-se concluir que a promoção de valores morais e, de modo específico, a promoção da democracia, está fortemente enraizada nas políticas coercitivas estadunidense. Mesmo em uma alternância de administração, em que, muitas vezes, há uma diferenciação de comportamento em certos pontos, no que concerne a essa política (de intervenção), o moralismo/idealismo desse país se sobressai de forma evidente. Às vezes, ocorrem variações quanto ao discurso, porém, a promoção da democracia e, de modo geral, dos valores estadunidenses, é visto como algo desejável por parte dos diversos governos.

Considerações finais

A partir da discussão exposta no decorrer desse artigo, pode-se demonstrar como o uso da força por parte dos Estados Unidos durante o período pós-Guerra Fria reflete constantemente – embora não exclusivamente – os valores morais percebidos por meio de uma perspectiva idealista.

Mesmo havendo uma variação de ideais entre os partidos Democrata (Clinton e Obama) e Republicano (Bush), é possível verificar uma coerência por meio desse fator identitário determinante, que permeia, por certa medida, as intervenções estadunidense no pós-Guerra Fria.

Na verdade, essa característica idealista no uso da força surge bem antes do período abordado por este trabalho, antes mesmo da Guerra Fria, provavelmente, antes até da Primeira Grande Guerra, já que desde o final do século XIX, os EUA passaram a usar o artifício das intervenções. O fato é que, na medida em que os Estados Unidos passaram a se afirmar como a grande potência no concerto internacional, percebe-se um fortalecimento desse componente.

Durante o conflito bipolar, os EUA se mostravam ao mundo como uma nação livre que combatia o Comunismo opressor. E, essa questão moralista parece ter adquirido contornos renovados com o despertar da Nova Ordem. Houve, ao que se percebe, uma espécie de readaptação da utilização de valores estadunidense nesse novo momento. E que, mesmo em administrações diversas, percebe-se uma ligação entre estas, por intermédio do componente aglutinador idealista – é verdade que houve um certo ajustamento (flexibilização) desse valores em cada uma delas.

O discurso de “farol da liberdade” foi usado nos governos de Clinton, nos de Bush, e agora na administração Obama. Muitos procuram ressaltar a diferenciação nas intervenções nos três governos – o que de fato existe em algumas características – mas, aqui, observando a questão de análise de política externa estadunidense a partir da abordagem idealista, buscou-se justamente o oposto, ou seja, achar o ponto de coerência que liga as práticas intervencionistas nessas diferentes administrações, evidenciando-se uma característica de relação que contrapõe o argumento realista, de que os Estados agem visando unicamente satisfazer seus “interesses nacionais”.

“Como todos os imperialistas, os [estadunidenses] são os donos da verdade. Os políticos professam ideias impecáveis de liberdade, democracia e direitos humanos para o mundo e prometem-lhe a fartura material” (MANN, 2006, p. 139)

A análise de política externa estadunidense perpassa – por mais que alguns se posicionem contrariamente – pela questão dos valores morais/liberais idealistas. Isso foi o que a análise das intervenções nas três administrações aqui estudadas demonstrou. A análise única e exclusivamente por intermédio de cálculos realistas corre o risco de passar por reducionismo.

Referências

- ANGELL, Norman (2002). **A Grande Ilusão**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB.
- ART, Robert J (1998/1999). Geopolitics Updated: The Strategy of Selective Engagement. **International Security**, Cambridge, 23 (3): 79-113.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz (2008). Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos p. 7-40. In: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI **Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 7-40
- CAREY, Henry F (2001). U.S. Domestic Politics and the Emerging Humanitarian Intervention Policy: Haiti, Bosnia, and Kosovo. **World Affairs**, Washington, 164, (2): 72-82.
- CARR, E. H. (2001). **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**: Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- DESFORGES, Alison (2009). **Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda**. Human Rights Watch, 1999. Disponível em: <<http://www.hrw.org/en/reports/1999/03/01/leave-none-tell-story>>. Acesso em 01 set. 2011.
- DOBSON, Alan P (2002). The Dangers of US Interventionism. **Review of International Studies**, Cambridge, 28, (3): 577-597.
- DOYLE, Michael W. (1986). Liberalism and World Politics. **American Political Science Review**. 80 (4): 1151-1169
- DUECK, Colin (2003/2004). Hegemony on the Cheap: Liberal Internationalism from Wilson to Bush. **World Policy Journal**, Cambridge, 20 (4): 1-11.
- _____ (2004). Ideas and Alternatives in American Grand Strategy, 2000-2004. **Review of International Studies**, Cambridge, 30 (4): 511-535.
- EVANS, Gareth (2012). **Responsibility while Protecting**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/responsibility-while-protecting-project-syndicate-27-01-2012/?searchterm=gareth%20evans>>. Acesso em 29 abril 2012.
- FINNEMORE, Martha (2003). **The purpose of intervention**: Changing beliefs about the use of force. New York: Cornell University Press.
- HOLZGREFE, J. L (2003) The Humanitarian Intervention debate in: HOLZGREFE, J. L; KEOHANE, Robert O. (eds). **Humanitarian Intervention: Ethical, Legal and Political Dilemmas**. Cambridge University Press, p. 15-52
- HERZ, Monica (2002). Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**. São Paulo, 16 (46).

- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg (2007). **Introdução às Relações Internacionais**. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- JERVIS, Robert (2003). Understanding the Bush Doctrine. **Political Science Quarterly**, 118 (3): 365-388.
- KANT, Immanuel (2008). **À Paz Perpétua**. Trad. Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM.
- KHALID, Iram (2011). Politics of Intervention: A Case of Kosovo, Afghanistan and Iraq. **International Journal of Business and Social Science**, 2, (11): 73-79.
- KENNAN, George F (1985). Morality and Foreign Policy. **Foreign Affairs**, 64 (2): 205-218.
- KISSINGER, Henry; BAKER III, James A (2011). Grounds for US military intervention. **The Washington Post**. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/opinions/grounds-for-us-military-intervention/2011/04/07/AFDqX03C_story.html> Acesso em 23 fev.2012.
- KISSINGER, Henry (1994). **Diplomacy**. Nova York: Simon & Schuster.
- KLARE, Michael T. (2006/2007) Oil, Iraq, and American Foreign Policy: The Continuing Salience of the Carter. **International Journal**, 62 (1): 31-42.
- KURTH, James (2005). Humanitarian Intervention After Iraq: Legal Ideals vs. Military Realities. **Orbis**: 87-101.
- MANN, Michael (2006). **O Império da Incoerência**. Rio de Janeiro: Record.
- MAZARR, Michael J. George W. Bush, Idealist (2003). **International Affairs**, 79 (3): 503-522.
- MORALES, Waltraud Queiser (1994). US Intervention and the New World Order: Lessons from Cold War and Post-Cold War Cases. **Third World Quarterly**, 15 (1): 77-101.
- MORRIS, Nicholas (2006). Humanitarian Interventions in the Balkans. In: WELSH, M. (eds.). **Humanitarian Interventions and International Relations**. Oxford: Oxford University Press, p. 98-119.
- O' CONNOR, Brendon (2009). **American Foreign Policy Traditions: Literature Review**. US Studies Working Paper. Disponível em: <http://ussc.edu.au/s/media/docs/publications/0910_oconnor_usforeignpolicy.pdf> Acesso em 02 dez. 2011.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu (2008). Os EUA e o Reordenamento do Poder Mundial: Renovação, Permanência ou Resistência? In: **II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão. p 131-152.
- RIEFF, David (1999). A New Age of Liberal Imperialism?. **World Policy Journal**, Cambridge, 16 (2): 1-10.
- RODRIGUES, Simone Martins (2000). **Segurança internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no Pós-Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Renovar.
- SANTOS, Maria Helena Castro (2010). Exportação de democracia na política externa norteamericana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 53 (1), p. 157-191. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000100009&script=sci_arttext> Acesso em 06 nov. 2011.

STERLING-FOLKER, Jennifer (2010). Neoliberalism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (eds.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 116-134.

SUCKEY, Mary E.; RITTER, Joshua R (2007). George Bush, <Human Rights>, and American Democracy. **Presidential Studies Quarterly**, 37 (4): 646-666.

WESTERN, Jon (2002). Sources of Humanitarian Intervention: Beliefs, Information, and Advocacy in the U.S. Decisions on Somalia and Bosnia. **International Security**, 26 (4): 112-142.

WHEELER, Nicholas J. (2000) **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. Oxford: Oxford University Press.